

APRESENTAÇÃO

Perspectivas Teóricas e o campo das Relações Internacionais

Ana Regina Falkembach Simão¹

Adriana Schryver Kurtz²

O campo das Relações Internacionais vem sendo construído desde o século passado a partir de debates – e embates – teóricos persistentes, cuja dinâmica certamente está atrelada aos grandes movimentos históricos da política internacional. Assim, o chamado “primeiro grande debate” está pautado pelas guerras mundiais que convulsionaram o mundo na primeira metade do século passado, com destaque evidente para a I Grande Guerra. Idealistas – como escarneceram seus detratores –, os defensores do internacionalismo liberal buscaram refletir sobre as causas da(s) guerra(s) objetivando entender as condições possíveis para uma pacífica ordem internacional, embasada numa crença implícita acerca da moralidade e racionalidade humanas, que deveriam levar a humanidade a um progresso marcado por interesses nacionais mais harmônicos.

Tal utopia do internacionalismo liberal foi duramente confrontada com o realismo político, corrente bem mais afinada com as heranças intelectuais de Maquiavel e Hobbes para a qual a política internacional deveria ser mais bem vista como um tipo de “estado de natureza”, diante do qual nenhuma moralidade fazia frente a uma inevitável luta dos Estados por seus próprios interesses – e naturalmente, pelo poder. Se a lógica da balança do poder – mecanismo segundo o qual os poderosos conservam seu *status quo* contendo as nações que desafiam a configuração política em vigor – caracteriza as relações internacionais, as guerras não seriam uma anomalia a ser entendida e erradicada, mas antes um aspecto inevitável no processo histórico que envolve as grandes potências.

Assim, o “primeiro grande debate” se destaca na história do campo que, só a partir dos anos 50, vai se consolidando enquanto disciplina acadêmica, capaz

1 Editora da Revista Século XXI, pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI) e Professora do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul. Doutora em História pela UFRGS. (asimao@espm.br).

2 Editora Assistente da Revista Século XXI, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NEJOR) e Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da ESPM-Sul. Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. (akurtz@espm.br).

de avançar para questões de ordem metodológica, momento que inaugura um segundo grande debate. Sob a denominada revolução behaviorista nas ciências sociais, uma geração de novos estudiosos – com forte influência de áreas como Economia e Ciência Política e clara vocação positivista – substituiria os primeiros pensadores, em geral ligados à área das humanas. Neste contexto, os debates capitaneados em função da metodologia nos estudos de Relações Internacionais vão opor os cientificistas (ou “behavioristas”) aos adeptos de uma abordagem “tradicional” (os “humanistas”). Note-se que o debate metodológico entre behavioristas e humanistas dos anos 1950 terá uma espécie de *revival* na década de 80, envolvendo positivistas versus pós-positivistas.

Ainda um terceiro grande debate é reconhecido na longa história do desenvolvimento das reflexões acerca das RI. Uma reação contra a corrente realista formaria, a partir dos anos 1970 o denominado “debate interparadigmático”, no qual a noção de “paradigmas” (de Kuhn) substitui o conceito de “teoria”, fazendo coexistir na disciplina de Relações Internacionais as visões de mundo ligadas ao realismo, liberalismo e globalismo. Desta forma, cada paradigma responderia – dentro de sua própria lógica – a questões comuns como os princípios temas, atores e processos definidores das relações internacionais.

Atualmente, uma mudança está em curso, mas as visões de diferentes pensadores acerca do campo são divergentes. O certo é que um quarto grande debate está se delineando desde as últimas décadas do século XX, mas há muitos polos de discussão: neorealistas versus neoliberais; racionalistas e construtivistas sociais, configurando uma oposição entre positivismo e pós-positivismo. Já no século XXI novos atores entram em cena para aquecer a cena teórica no campo das Relações Internacionais. A Teoria Crítica, o construtivismo social, as reflexões a partir da questão de gênero, o pós-estruturalismo, pós-colonialismo e finalmente, mas não menos importante, o pós-modernismo.

Desta forma, o espectro das teorias das Relações Internacionais vai se ampliando, ao passo que o próprio campo, enquanto disciplina acadêmica e tema corriqueiro na vida cotidiana de milhares de pessoas, sobretudo através da mídia, não para de crescer. Vale lembrar que as teorias das Relações Internacionais formulam conceitos e métodos fundamentais para a compreensão da natureza e do funcionamento do sistema internacional. Por suas peculiaridades, o espaço internacional e as questões que nele se desenrolam, sem dúvida desafiam os analistas ao encerrar em si uma gama de problemáticas efetivamente distintas daquelas investigadas pelas ciências sociais que dão conta dos processos que ocorrem no espaço doméstico. Por isso, a primeira edição do ano de 2015 da **Século XXI – Revista de Relações Internacionais** dedica à teoria o merecido espaço em seu Dossiê Temático. Entendemos ser uma bela maneira de marcar a décima edição da **Século XXI** – uma publicação do Curso de Relações

Internacionais da ESPM-Sul e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI).

Abrindo a revista e o Dossiê Teoria das Relações Internacionais, o texto “**As teorias do desenvolvimento: a propósito dos conceitos de Centro e Periferia**”, de Marcos Costa Lima, discute as teorias de desenvolvimento, a partir de um eixo central estruturado sobre os conceitos gêmeos de centro e periferia. Mostrando enorme erudição, o autor discorre sobre as diversas contribuições de autores clássicos no tema, como Rosestein-Rodan, W.W.Rostow, Furtado, Prebish, Perroux, Hirschmann, Gunder Frank entre outros. Em primeiro lugar, cada um dos autores revisitados terá apontadas suas especificidades teóricas – funcionalistas, liberais, institucionalistas e marxistas -, com ênfase para as respectivas abordagens com relação à política. Como defende Marcos Costa Lima, há uma ampla riqueza teórica sobre desenvolvimento, sobretudo em autores heterodoxos, que criticam o *etapismo* e introduzem os conceitos de assimetria, dualismo e dependência. Por outro lado, autores propriamente marxistas recusam o desenvolvimentismo, o dualismo, e estabelecem o conceito de imperialismo, de desenvolvimento do subdesenvolvimento, que impediria o desenvolvimento nacional autônomo. O artigo procura atualizar a questão, sobretudo a partir das crises sucessivas do capitalismo, que atingem os países do centro, quando a dinâmica do sistema passa a ser puxada pelos periféricos.

Já “**Notas sobre a Teoria Social da Política Internacional de Alexander Wendt**”, de Flavio Elias Riche, analisa com propriedade a teoria de Wendt, tal como disseminada a partir de sua obra referencial, “Social theory of international politics”, considerando ligeiras alterações subsequentes. Flavio Riche ressalta a relevância deste esforço, não apenas pelo impacto do construtivismo wendtiano na teoria das relações internacionais – especialmente em função do contexto proporcionado pelo terceiro grande debate –, mas também pela mudança operada por Wendt a partir da publicação, em 2006, de “Social theory as a Cartesian science: an auto-critique from a quantum perspective”. Neste momento, Wendt faria uma revisão radical de seu pensamento por meio da combinação de princípios da mecânica quântica e de aportes inovadores desenvolvidos a partir das ciências da mente. Riche também destaca a opção por trabalhar de forma mais direta com os textos de Wendt e incidentalmente com obras de comentadores, visando centrar o debate na concepção original da teoria das relações internacionais de Alexander Wendt, de modo a servir de contraste para o desenvolvimento do que denomina de “guinada quântica” em seu pensamento.

No texto intitulado “**O Monopólio das Teorias Anglo-Saxãs no Estudo das Relações Internacionais**”, Williams Gonçalves e Leonardo Valente Monteiro buscam analisar o estado da arte do estudo das relações internacionais no Brasil, centrando-se especialmente na influência para este campo do que chamam de

desmedida dedicação às Teorias das Relações Internacionais. Provocativamente, os autores partem da tese de que o monopólio anglo-saxão de produção teórica nesta área dificulta a construção de uma disciplina com perspectivas nacionais e regionais, “comprometendo sua utilidade para o desenvolvimento, e tornando-a mais um importante instrumento de manutenção do *status quo*”. A reflexão empreendida pelos autores também destaca os problemas resultantes da transformação de apenas um olhar teórico sobre as relações internacionais, vendendo um recorde de mundo como a única forma de se entendê-lo. Algumas perguntas são colocadas como um fio condutor para a reflexão: para que serve a teoria? Qual é a utilidade da teoria nas Ciências Sociais e, mais especificamente, qual é a utilidade de uma teoria das Relações Internacionais? Privilegiar o estudo das teorias em detrimento do estudo da realidade faz algum sentido? Assim, Williams Gonçalves e Leonardo Monteiro chamam a atenção para a importância da quebra desses paradigmas e o desenvolvimento de novos modelos teóricos e novas formas de se pensar a disciplina.

“A diferença que a ontologia faz: Intergovernamentalismo Liberal, Construtivismo e Integração Europeia”, de Fabiano Mielniczuk, explora, por sua vez, o debate entre Intergovernamentalismo Liberal (IL) e Construtivismo sobre as motivações subjacentes ao processo de integração europeia. Após apresentar as posições dos principais autores dessas abordagens, Mielniczuk analisa, de um ponto de vista metateórico, a possibilidade de síntese teórica entre ambas as abordagens. “Assume-se uma postura cética em relação a essa possibilidade, a partir da compreensão de que os pressupostos ontológicos que fundamentam as teorias restringem o emprego de ferramentas epistemológicas para explicar a realidade”, sustenta Mielniczuk. Nesse sentido, conforme defenderá o autor, a síntese baseada na aplicação de uma epistemologia positivista a partir de uma ontologia construtivista é considerada impossível, servindo apenas para enfraquecer a contribuição original do construtivismo para os estudos de integração.

José Antônio Moreira das Neves contribui com o texto **“Uma luz no fim do túnel? As possibilidades de integração regional, inspiradas pela indústria elétrica da América do Sul, iluminada pela teoria neo-funcionalista”**. O trabalho analisa como a Comunidade Europeia para o Carvão e o Aço (ECSC/CECA) impulsionou a integração europeia, objetivando verificar o potencial sinérgico para a cooperação que uma eventual instituição supranacional de energia elétrica teria para estimular a integração da América do Sul. A experiência europeia é utilizada pelo autor, “como um caso de controle e comparação para verificar se as condições de integração ocorridas naquele continente podem se assemelhar com aquelas do processo sul-americano”. José Moreira das Neves utiliza o referencial teórico Neo-funcionalista de Ernst Haas e sua microteoria

do *spill-over* ou desborde, buscando observar se esse tipo de fenômeno pode ser repetido no caso de uma possível constituição de um sistema elétrico integrado na América do Sul. Embora os aspectos sociais, econômicos e políticos sejam diferentes da experiência europeia, sustenta o autor, a pesquisa colheu evidências convergentes e satisfatórias para a formação do *spill-over*, a partir da eventual integração do setor energético na América do Sul, apontando para a possibilidade de construção de um processo de integração regional que pode ser explicado e inspirado pela teoria Neo-funcionalista.

Fechando o Dossiê Temático da Século XXI, o artigo intitulado “**Teoria das Relações Internacionais: do realismo à teoria verde**”, de Leonardo Dutra, recupera as principais ideias que construíram e foram resultado da construção de uma ciência da Política Internacional, hoje difundida como Relações Internacionais. O trabalho inicia com a descrição das primeiras ideias registradas nesta linha de pensamento durante a segunda metade dos anos 1940 que dariam origem a uma Teoria das Relações Internacionais. Em seguida, Leonardo Dutra aborda a complexidade do pensamento destas teorias “desde uma tríade de representações da realidade proposta pela Escola Inglesa das Relações Internacionais”. O florescimento desta perspectiva, sustenta o autor, é contemporâneo aos juízos sobre uma teoria da interdependência e uma abordagem teórica da estrutura do sistema internacional, ambas igualmente apresentadas neste trabalho. Chegando aos anos de 1980 e 1990, o texto aborda as principais críticas sobre o sistema internacional, a nova ordem mundial e, neste âmbito, os temas que se destacam já no século XXI, exemplificados em perspectivas teóricas que apresentam o Pós-colonialismo e a Teoria Verde nas Relações Internacionais.

A Seção de Artigos oferece aos leitores a reflexão de Claude Serfati, “**O Bloco Transatlântico dos Estados e a Economia Política do Comércio Transatlântico e Parceria de Investimento (TTIP)**”. O texto, originalmente escrito em língua inglesa, aborda o que denomina de o “bloco transatlântico hierárquico dos Estados”. O pesquisador associado do Instituto de Pesquisa Social e Econômica e do CEMOTEV (Centre for the Study of Globalisation, Conflicts, Territories and Vulnerabilities) da Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines, lembra que o espaço do mundo é um espaço politicamente construído e, como tal, dominado pelo grande capital altamente concentrado. A política econômica de globalização é o produto do desenvolvimento desigual e combinado sob a dominação dos países desenvolvidos, definido pelo autor como o “bloco transatlântico”, no centro do qual se encontra os EUA, apoiado por seus antigos aliados políticos e militares na Europa e na Ásia. A partir deste contexto, Claude Serfati analisa o Comércio Transatlântico e Parceria de Investimento - Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) – e seus principais objetivos, no contexto da atual conjuntura econômica e política mundial. O autor

leva em consideração a forte oposição “daqueles que vem de baixo” e as próprias diferenças entre os lados negociantes para uma projeção das possibilidades do TTIP diante dos interesses maiores do capital concentrado.

A décima edição da **Século XXI – Revista de Relações Internacionais** dedica assim à Teoria seu merecido espaço, não sem exercer a liberdade e o dever crítico de refletir sobre seu próprio peso. Como de costume, esperamos que nossos leitores aproveitem os trabalhos aqui reunidos e que a reflexão acerca da Teoria das Relações Internacionais possa iluminar nosso campo. Assim, resta apenas desejar uma prazerosa leitura.